

## **Participação Cidadã e Controle Social para uma “Economía del Buen Vivir Ecuatoriano”**

Autoras:

Letícia Cristina Bizarro Barbosa (Mestre em Economia Social –  
UNGS/Buenos Aires)

Letícia de Andrade Porto (graduanda em Relações internacionais –  
UNISUL/Santa Catarina)

Temática: 4. Cambio institucional: descentralización y nuevas instituciones políticas.

Tipo de trabalho: ponencia

Resumen:

El objetivo general es analizar los cambios políticos y económicos para una Democracia ejecutadas en Ecuador orientadas por el paradigma del socialismo del Siglo XXI (o de economía social y solidaria). Para tanto, se eligió los siguientes objetivos específicos: 1. Describir las relaciones en un sistema democrático con el sistema económico y político en Ecuador; 2. Analizar el entendimiento a cerca de la democracia y participación política en Ecuador; 3. Verificar las instituciones (Veedurías, Observatorios Ciudadanos, Silla Vacía, entre otros mecanismos) vinculadas al Consejo de Participación Ciudadana y Control Social creadas en el gobierno de Rafael Correa que constituyen una democracia participativa inherente a su propuesta de sistema económico solidario. Ecuador ha experimentado esta propuesta de construcción de otra sociedad. El actual gobierno de Correa propone una democracia más participativa. El Consejo de Participación Ciudadana y Control Social no solamente crea espacios de discusión y participación sino que también crea instrumentos de información, capacitación y formación del sentido crítico y político para se capaz de participar activamente a través de los mecanismos del CPCCS.

Palabras-clave: Democracia; Ecuador; Ciudadano; organizaciones sociales.

Abstract:

The main purpose is to analyze the economic and political changes for a democracy deployed in Ecuador guided for a socialism's paradigm from the XXI century (or for a social and supportive economy). Therefore, were listed the following specific objectives: 1. Describing the relations from a democratic system with economic and political system in Ecuador; 2. Analyzing the insights of democracy and political participation in

Ecuador; 3. Verifying the institutions (Verdurias, Observatio Ciudadanos, Silla Vacía, and others mechanisms) linked to the Council of Citizen's Participation and Social Control created on Rafael Correa's government economic system. Ecuador has experienced this proposal of building another society. The current government tends for a more participating democracy. The Council of Citizen's Participation and Social Control, not only opens gaps for discussions and participation, but, even more important than it, creates ways to lead to the information, and promotes the shaping of critical political thinking to the main objective: participate actively through the CCPSC's mechanisms.

Key-words: Democracy; Ecuador; Citizen; Social Organization.

## **Participação Cidadã e Controle Social para uma “Economía del Buen Vivir Ecuatoriano”**

### **Introdução**

Este trabalho apresentado na Nona Conferência ISTR Regional para América Latina e Caribe faz parte das pesquisas realizadas na Unisul com a participação de 3 bolsistas financiados pela universidade. Os cursos envolvidos são Relações Internacionais, Direito e Gestão de Cooperativas. A temática da democracia e representatividade é um dos eixos de pesquisa sobre o modelo de desenvolvimento do “buen vivir” equatoriano. Esta pesquisa sobre Participação popular e controle social está em curso, mas já com resultados publicáveis.

O objetivo geral é analisar as mudanças políticas e econômicas para uma Democracia implementadas no Equador orientadas por um paradigma de socialismo do século XXI (ou de economia social e solidária).

Para tanto, se elencou os seguintes objetivos específicos: 1. Descrever as relações de um sistema democrático com o sistema econômico e político no Equador; 2. Analisar os entendimentos de democracia e participação política no Equador; 3. Verificar as instituições (Veedurías, Observatorios Ciudadanos, entre outros mecanismos) ligadas ao Conselho de Participação Cidadã e Controle Social criadas no governo Rafael Correa que conformam uma democracia participativa inerente de sua proposta de sistema econômico solidário.

Trata-se de uma pesquisa aplicada e de caráter exploratório por ser um processo ainda em transcurso na história do Equador. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de modo a possibilitar a análise das relações de poder no Equador. Para tanto, foi necessário pesquisar através de dados primários e secundários as informações necessárias para desenvolver a pesquisa. O período analisado é de 2008, quando se aprova a nova Constituição até 2013 com a reeleição do Presidente.

Foram analisados documentos como a Constituição que apresenta a definição de Sistema Econômico e Política Econômica como social e solidária e sua íntima relação com a participação cidadã nas definições econômicas e políticas em Equador. A partir das leis criadas para fundamentar a institucionalização da participação popular nas decisões do governo onde o Presidente Rafael Correa propõe estas medidas que buscam diminuir o poder dos grupos econômicos e garantir o

investimento no desenvolvimento do setor produtivo do país. Todas respaldadas pela decisão popular através de Consulta Popular e/ou outros instrumentos de Controle Social instituídos, por exemplo, pela Lei Orgânica do Conselho de Participação Cidadã e Controle Social, um dos principais atos de retomada da Democracia e da soberania no país.

Ainda como dados secundários, foram analisados documentos e relatórios do governo equatoriano.

## **1. Contexto**

De acordo com Paz y Miño (2008), Equador vem transitando de um ciclo caracterizado pelo *modelo econômico neoliberal* e de *Estado de Partidos* para uma nova etapa na qual se impulsiona um *modelo econômico solidário e equitativo* com um *Estado de Democracia Social*.

Este *modelo econômico neoliberal*, também conhecido *modelo empresarial* inspirado na ideologia neoliberal, instalou-se em meados de 1982, como na maioria dos países da América Latina, com o propósito de efetivar “el pago de la deuda externa, la reforma ‘estructural’ a favor de la empresa privada y del mercado libre absoluto, el retiro del otrora activo papel del Estado en la economía (...)” (PAZ Y MIÑO, 2008, pág. 2). O próprio planejamento nacional para o Buen Vivir (REPÚBLICA DEL ECUADOR, 2009) expõe que neste modelo econômico os interesses dos grupos econômicos organizavam as instituições públicas em função de extrair recursos destinado a população transferindo as elites privadas, estabelecendo o que se chamava de Estados predatórios.

Conforme Correa (2003), neste período, eram seguidas as orientações e condições indicadas pelos organismos financeiros internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e BM (Banco Mundial) referentes ao Consenso de Washington. Os interesses privados se sobrepuseram aos interesses da Nação, articulando-se os governos, as empresas privadas e o capital transnacional intimamente ligados a hegemonia mundial norte-americana.

Segundo Paz y Miño (2008), com este modelo, o país modernizou-se economicamente em termos capitalista: consumo em escala ampliada e a riqueza se concentrou em determinados sectores em proporções desiguais. Peña y Lillo (2012,

pág. 68) explica que se trata de uma “modernización fragmentada, de bajo crecimiento económico, lo cual coadyuvó a prolongar la pobreza, acelerando las desigualdades (...)”. O setor empresarial se aproveitou das políticas do governo que promoveram sector privado da economia e da privatização. Porém, o resultado foi a conformação de uma sociedade “sin equidad social ni solidaridad, con amplia depredación del medio ambiente y aprovechamiento incontrolado de los recursos naturales del país” (PAZ Y MIÑO, 2008, pág. 3).

Na década de 90, o movimento indígena executou o primeiro levante nacional que paralisou o país e, em 2005/2006, o mesmo movimento se posicionou para frear a subscrição do Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos, de acordo com Paz y Miño (2008). Ainda seguindo o raciocínio de Paz y Miño (2008), no processo eleitoral de 2006 o povo e os movimentos sociais e indígenas elegeram como presidente a Rafael Correa, ex-Ministro da economia, quem questionava enfaticamente a marcha econômica em Equador, o *modelo neoliberal* e o papel do FMI nas decisões da Nação.

Rafael Correa criticou o salvamento aos bancos depois da crise em 1999, a dolarização em 2000, e recusou-se a assinar o Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos, conforme Paz y Miño (2008, pág. 6):

declaró que no suscribirá el TLC con los Estados Unidos, que no abrirá el país indiscriminadamente al capital extranjero y que, observando la Constitución (2008), mantendría los recursos naturales como el petróleo en manos del Estado. Su programa postulaba una revolución en el ámbito social, la ética, la producción, la soberanía y la integración latino-americana.

Segundo Basabe-Serrano (2009), o que se pretendia era redemocratizar o Estado ao recuperar e fortalecer as capacidades de planejamento, regulação, controle e (re)distribuição. Estabelecer um Estado Plurinacional e Intercultural reconhecendo as nacionalidades e culturas equatorianas na construção de um Estado policêntrico, desconcentrado e descentralizado. E finalmente a participação social e cidadã em todos os níveis de governo conforme dita Planejamento Nacional para o Buen Vivir 2009-2013 (REPÚBLICA DEL ECUADOR, 2009). Assim como ratifica o Planejamento: “Un Estado radicalmente democrático es necesariamente un Estado cercano a la ciudadanía, que se reconoce en su diversidad territorial y cultural.” (REPÚBLICA DEL ECUADOR, 2009, pág. 353)

Paz y Miño (2008; 2008b) explica que até 2006, o sistema político era conhecido por Partidocracia, através do qual as oligarquias econômicas de Equador administravam o país. Por décadas, estas oligarquias manipulavam as políticas e os recursos do Estado e promovendo a diminuição do papel do Estado.

Tratava-se de um movimento que se retroalimentava continuamente onde o sistema partidário, conhecido como Partidocracia ou Estado de Partidos, configurava-se por um sistema que encontrava-se dominado por elites militares e econômicas, vinculadas à exportação de commodities (como banana e flores) que, salvo o petróleo, geravam poucos dividendos para o país (FIGUEIREDO, 2010, p. 11). Figueiredo completa esclarecendo que os lucros, concentrados nas mãos da mesma elite, sustentavam altos indicadores de desigualdade e pobreza. (FIGUEIREDO, 2010, p. 11)

Esta profunda crise político-econômica pela qual passava Equador, que resultou na dolarização da economia do país, Correa assume a presidência defendendo uma campanha de enfrentamento do que chamava de “disfunção da partidocracia tradicional”. Por um lado a oposição do PRIAN (Partido Renovador Institucional Ação Nacional) e do PSC (Partido Nacional Cristão) que contava com o financiamento empresarial, de outro Aliança País (Pátria Altiva e Soberana), Partido Socialista e Frente Ampla que anunciava uma ruptura com este passado de um Estado de Partidos e poder mafioso (Boschi e Gaitán, 2008, p. 313).

Com a posse de Rafael Correa em 2007, o presidente coloca em prática sua proposta de governo buscando mudar as relações de poder econômicos e políticos com as oligarquias locais e empresas transnacionais no Equador. Propõe políticas econômicas que canalizam os recursos para o desenvolvimento da capacidade produtiva do país no abandono de uma economia caracteristicamente extrativista. Entre as mudanças institucionais está a promulgação de uma nova Constituição de 2008.

Com isso, inicia-se a elaboração e aprovação de leis para operacionalizar suas diretrizes, como por exemplo: a determinação do papel do Banco Central na política econômica e a regulação e controle no sistema financeiro através da promulgação da Lei de criação da Rede de Segurança Financeira e a Lei Orgânica de Regulação e Controle do Poder de Mercado. O Estado vem retomando as funções de organização econômica em benefício do setor produtivo e busca regular o sistema financeiro para que este trabalhe em função do primeiro.

Correa propõe estas medidas que buscam diminuir o poder dos grupos econômicos e garantir o investimento no desenvolvimento do setor produtivo do país, todas respaldadas pela opinião popular através de Consulta Popular e/ou outros instrumentos de Controle Social instituída pela Lei Orgânica do Conselho de Participação Cidadã e Controle Social, um dos principais atos de retomada da Democracia e da soberania no país.

## **2. Buen Vivir como proposta de base democrática.**

Primeiramente, precisa-se entender o que significa a concepção “Buen Vivir” que trata-se de uma concepção que origina-se ou inspira-se no Sumak Kawsay<sup>1</sup> de desenvolvimento socioeconômico e cultural inerente dos Povos Originários da América do Sul, mais precisamente dos países de cultura mais predominante indígena como Bolívia e Equador. Estes países têm buscado repensar seus modelos de desenvolvimento desde a produção, comercialização até o consumo de forma sustentável e respeitando os principais geradores de riqueza que são o ser humano e a natureza. Pensar o econômico muito além da satisfação imediata das necessidades ilimitadas com os recursos escassos e justamente levar em consideração as gerações futuras e as necessidades legítimas para construir uma economia social, justa e sustentável.

O “Buen Vivir” é um conceito em construção e não há um consenso sobre seu significado. Novas concepções econômicas e sociais incorporam outros valores mais além dos velhos dogmas economicistas e de reducionismos calculistas e racionais. O motivo é simples: a necessidade de mudanças de lógicas de gestão do econômico diante do colapso ambiental e social que os atuais modelos de desenvolvimento vêm apresentando.

Equador tem experimentado esta proposta de construção de uma outra sociedade. Estes processos de mudanças possuem um ideário comum de justiça social, equidade e desenvolvimento tendo o ser humano e a natureza como atores e objetivos central desta nova sociedade (SOLIZ, 2010).

De acordo com Soliz (2010), a concepção de Bem Viver, então, significa viver em plenitude de maneira a integrar todas estas dimensões da sociedade. Trata-se de

---

<sup>1</sup> Sumak Kawsay significa Buen Vivir em Quichua, idioma indígena.

construir um projeto emancipatório poscapitalista muito além de uma proposta reformatória.

De acordo com o Planejamento Nacional para o Buen Vivir (REPÚBLICA DEL ECUADOR, 2009), estabelece-se uma série de medidas para uma mudança gradual e sustentável de um modelo de desenvolvimento extrativista para uma matriz econômica produtiva com fortes investimentos em infraestrutura, social e na indústria financiado com os recursos das atividades extrativistas e petróleo.

O novo momento político no Equador, resgata o poder de mobilização e identidade partidária e também abre espaço para estreitar as relações sociais entre o cidadão e as decisões políticas de interesse público.

Para o desenvolvimento desta concepção de “Buen Vivir”, além de atender ao princípio de uma convivência solidária, fraterna e cooperativa, é preciso atender ao princípio de uma democracia representativa, participativa e deliberativa (REPÚBLICA DEL ECUADOR, 2009). Este princípio resgata a governança participativa como um dos fundamentos democrático do desenvolvimento do “Buen Vivir” como concepção de vida no Equador. O Estado gerido através de redes públicas onde a democracia participativa se faz realidade com a sociedade civil organizada.

“La innovación institucional participativa democratiza la gestión pública y la vuelve más eficiente en la medida en que se cimienta en las demandas y en la información producida colectivamente en el diálogo público entre sociedad y Estado (...) participación activa el interés y el protagonismo de los sectores más desfavorecidos tiene, además, efectivas consecuencias en una (re)distribución más justa de la riqueza social” (REPÚBLICA DEL ECUADOR, 2009, pág. 41).

As estratégias propostas pelo governo para o período de 2009 a 2013 contava com um planejamento participativo e descentralizado para articular as diversas dimensões territoriais da política, enquanto se delibera democraticamente sobre as definições sobre os grandes objetivos nacionais entre a sociedade e o Estado. As articulações acontecem com participação aberta dos cidadãos e organizações sociais e levam a tomada de decisão coletiva sobre os interesses estratégicos da nação (REPÚBLICA DEL ECUADOR, 2009, pág. 133).

O Objetivo 10 do Plano Nacional do “Buen Vivir” (2009-2013) é o de garantir o acesso a participação pública e política tornando o cidadão um protagonista da vida



democrática e da gestão e controle dos temas públicos. Seja esta participação de modo individual ou por meio associativo e comunitário.

Dentre as políticas traçadas para se alcançar este objetivo, constata-se que a promoção dos movimentos sociais, associações e outras formas de participação comunitária é importante para o acesso a organização coletiva e autônoma da sociedade civil. Não menos importante está a geração e inovação de formas de controle social e prestação de contas do governo. Como explica Figueiredo (2010, p. 3), “(...)o caso equatoriano evidencia não uma ruptura propriamente dita com a institucionalidade representativa liberal, mas um esforço criativo de aprimoramento desse sistema, voltado para os anseios participativos de uma sociedade que se viu historicamente alijada da vida política”.

### **3. Democracia: crise de representatividade.**

Vivemos em meio a uma crise da democracia representativa em que os partidos políticos perdem seu caráter de intermediação para se tornar parte da máquina administrativa de governo. Somado a isso, percebe-se uma perda de importância que a sociedade civil entende que os partidos teriam por não conseguirem cumprir com as atividades a eles atribuídas pela própria sociedade civil (BAQUERO, 2000).

A representação política aplicada através dos instrumentos de eleições de representantes seria considerado para muitos autores como um “regime mais capaz de engendrar estabilidade democrática por proporcionar um balanceamento entre a pressão de democratização política e social e o papel das elites políticas profissionais” (Figueiredo, 2010, p. 11). O que não aconteceu em Equador nos últimos dez anos que antecedem o governo de Correa, por exemplo, por se tratar de um período de muita instabilidade política.

Surge um movimento significativo por inovações institucionais de participação democrática que superam a democracia representativa como única forma de participação democrática. Os cidadãos passam a canalizar suas reivindicações às autoridades competentes vem se modificando expressivamente. “O declínio dos partidos é explicado pelo surgimento de movimentos sociais que não acreditam nos

canais mediadores tradicionais para transmitir suas reivindicações.” (BAQUERO, 2000)

Torna-se portanto um trabalho de democratização da representação política envolvendo maior participação popular. Como explica Urbinati, ao dizer que “uma teoria da democracia representativa envolve uma revisão da concepção moderna de soberania popular que conteste o monopólio da vontade na definição e na prática da liberdade política. Ela marca o fim da política do sim ou não e o início da política como uma arena de opiniões contestáveis e decisões sujeitas à revisão a qualquer tempo.” (Urbinati, 2006, 193)

Com uma democracia mais participativa, os cidadãos ganharam outros espaços de participação política que passam a compor um sistema complexo que vai além do voto. Santos (1999) explica sobre uma nova teoria da democracia:

“A renovação da teoria democrática assenta, antes de mais, na formulação de critérios democráticos de participação política que não confinem esta ao ato de votar. Implica, pois, uma articulação entre democracia representativa e democracia participativa. Para que tal articulação seja possível é, contudo, necessário que o campo político seja radicalmente redefinido e ampliado.”

Esta renovação significa uma repolitização global da prática social e o campo político, criando novas oportunidades para o prática de novas formas de democracia e de cidadania. (SANTOS, 1999)

#### **4. Participação Cidadã e Controle Social.**

O atual governo de Rafael Correa propõe uma democracia mais participativa. Neste modelo, o povo tem voz ativa e pode opinar sobre os seus representantes e participar das decisões políticas. Equador se propõe a contruir um sistema complexo de democracia combinando as diversas formas de espaços políticos e de instituições democráticas, desde a representativas até as formas participativas no intuito de radicalização da democracia no país. Assim como ilustra Figueiredo (2010, p. 6),

os mecanismos de participação e os espaços de deliberação criados pelo novo regime constitucional no Equador não significam uma ruptura com a institucionalidade

representativa liberal, mas um esforço por renová-la, retomando a ligação perdida com a cidadania quando da falência do sistema partidário tradicional, irremediavelmente desacreditado pela sociedade.

Depois da Promulgação da Constituição em 2008, é aprovada a Lei Orgânica que institui o Conselho de Participação Cidadã e Controle Social (CPCCS) cujo seu principal objetivo é:

La Ley Orgánica del Consejo de Participación Ciudadana y Control Social, tiene como objetivo primordial promover e incentivar el ejercicio de los derechos relativos a la participación ciudadana, impulsando mecanismos de control social. Entonces, los escenarios son muy variados, dependiendo del interés o la temática pueden tener un enfoque a lo social, a lo económico, a lo político, al desarrollo, a la salud, a lo ambiental, a la educación, etc.

O Conselho de Participação Cidadã e Controle Social é um espaço constituído no qual a sociedade tem voz ativa e opina sobre as políticas governamentais. Entre seus principais objetivos estão o combate à corrupção, investigação de prestação de contas estatais e o acompanhamento das políticas públicas e promessas governamentais.

O cidadão voluntariamente praticando sua cidadania, através da democracia participativa e comunitariamente. O CPCCS se desdobra em dois âmbitos de ação: o Controle Social e a Promoção a Participação Cidadã.

Esse Conselho é classificado como órgão central do quinto poder<sup>2</sup> da República do Equador, com a função de transparência e controle social do Estado. Este poder foi criado para incentivar à população a participar da política do país e sua gestão, bem como a efetividade de seus direitos como cidadãos. Como o CPCCS faz parte dos órgãos centrais da República do Equador, é dever dele indicar os titulares das seguintes funções: a Defensoria Geral do Povo, a Controladoria Geral do Estado e as Superintendências de Telecomunicações, de Bancos e Seguros e de Companhias. A função de transparência se encontra em todos os setores governamentais: central, provincial e local. Dentro dessas designações que são incumbidas ao CPCCS, estão as reuniões compostas por civis e representantes do Poder do Estado.

---

<sup>2</sup> El actual Estado ecuatoriano está conformado por cinco funciones estatales: la Función Ejecutiva, la Función Legislativa, la Función Judicial, la Función Electoral y la Función de Transparencia y Control Social.

A Estrutura da Comissão se dá da seguinte maneira:



Figura 1: Fluxograma da Comissão de Participação Cidadã. Disponível em <http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais/GT01/Fernanda%20Pernasetti%20de%20Farias%20Figueiredo.pdf>

As comissões cidadãs são o meio por onde são escolhidos os representantes dos órgãos de defensoria, controladoria, e superintendências governamentais. Para tal escolha, faz-se necessário a presença de representantes do Poder de Estado e também da sociedade civil na comissão. Já nas delegações provinciais são discutidos os direitos e deveres dos cidadãos, além da vistoria de políticas públicas e prevenção da corrupção por meio da investigação antecipada.

No primeiro âmbito, encontram-se os mecanismos de Controle Social: Veedurías; Observatórios; Defensorias Comunitárias; Comitês de Usuários.

Já no segundo âmbito, existem mecanismos de participação cidadã que promovem o acesso a informação e empoderamento do cidadão sobre as questões que efetivamente acontecem no seu país ou localidade. São mecanismos de Participação: Conselhos Cidadãos Sociais; Conselhos Consultivos; Audiências Públicas; Orçamento Participativo (Presupuesto Participativo); Assembleia Cidadã; Cadeira Vazia (Silla Vacía); Conselho Popular (Cabildo Popular).

A participação das organizações da sociedade civil é de fundamental contribuição para a participação cidadã e também para o processo de controle social. As chamadas “REDES” são mecanismos de participação social adotados no Equador. É por meio delas que as ONG’s, comissões de Direitos Humanos, Escolas, Centros de Ensinos e a população local debatem suas ideias e exercem seus direitos. As REDES são uma forma de controle das administrações públicas e privadas dentro do país, com o intuito de fornecer informações de prestação de contas das mesmas, a fim de evitar

a corrupção no país. Entre seus objetivos, encontra-se o de “Coordinar con instituciones nacionales y extranjeras, mediante la cogestión de fondos para su ejecución, programas e iniciativas de organización y movilización en el ámbito de defensa de derechos y prevención de la corrupción.”

Outro mecanismo de participação em que o cidadão comum tem acesso às reuniões de governo que é a Cadeira Vazia (Silla Vacía). Assim como define a Constituição de 2008 no seu Artigo 101, “las sesiones de los gobiernos autónomos descentralizados serán públicas, y en ellas existirá la silla vacía que ocupara una representante o un representante ciudadano en función de los temas a tratarse, con el propósito de participar en su debate y en la toma de decisiones”.

A população, através da estrutura chamada Controle Social, pode exigir melhoras nos centros de saúde, observar o cumprimento dos direitos humanos e fazer denúncias, e principalmente, construir um canal de intercâmbio entre governo e população. E então depara-se com a seguinte questão: Como as pessoas podem dar suas opiniões e se fazerem ser ouvidas pelo governo? Cada vez mais existem foros, assembleias, mesas de diálogos organizadas de tempos em tempos de acordo com a necessidade local. Seu intuito é despertar o interesse da população a interagir e melhorar os aspectos negativos existentes.

Entre os mecanismo de controle social, as veedurías e os observatório se apresentam como espaços importantes de controle e bom manejo da gestão pública. As veedurías são mecanismos de investigação e controle da administração e gestão pública, por meio do qual os cidadãos vigiam, fiscalizam e controlam a gestão dos recursos públicos. Fiscalizam também o setor privado que desenvolvem atividades de interesse público ou que gerencia recursos públicos.

Como esse mecanismo tem acesso ao que acontece na administração pública, ante a qualquer irregularidade ou possíveis delitos, o Conselho de Participação Cidadã e de Controle social é informado através de denúncias comprovadas. Os atos, tais como: contratações e concursos públicos são acompanhados de forma que aconteçam como o previsto. Entre as etapas da veeduría, as autoridades se comprometem a entregar informações sobre sua administração e participar ativamente do projeto.

Atualmente, as veedurías que estão em ação se destacam nos seguintes ramos:

- Vigilância ao processo de designação da primeira autoridade da Superintendência de Telecomunicações;

- Vigilância ao proceso de designação da primeira autoridade da Superintendência de Bancos e Seguros;
- Vigilância ao proceso de designação da primeira autoridade de Fiscalização Geral do Estado;
- Veeduría Ciudadã para analisar e observar o serviço do transporte em táxi para pessoas com incapacidade em Quito – Tulcán – Ambato;
- Vigilância à administração da justiça especializada em crianças e adolescentes em Tungurahua;
- Funcionamento das equipes médicas para o Subcentro de saúde de Apuela.

Outro espaço permanente onde grupos de cidadãos elaboram o monitoramento de políticas públicas a partir de fontes internas e externas ao governo é Observatório Cidadão. Seus objetos de estudos permeiam empresas privadas e seus projetos (no que tange à população), políticas e projetos públicos e suas implicações em benfeitorias à sociedade. Trata-se de um espaço autônomo, técnico, intersetorial e interdisciplinar.

O observatório identifica problemas de utilidade pública; comunica os resultados obtidos para a população diretamente ou através de meios de comunicação; define estratégias a fim de que possam intervir nos problemas de forma positiva, e analisa de que forma essas soluções cessarão o problema. O observatório facilita a comunicação entre empresas (ou governo) e cidadãos.

Além dos âmbitos de Participação e Controle Social mencionados acima, deve-se conhecer o mecanismo de Revocatória de Mandato.

### **Considerações Finais**

As informações apresentadas neste artigo buscam expor as mudanças que vem acontecendo no Equador no que se refere a Controle Social e Participação Ciudadã nas instâncias decisórias do governo e políticas públicas. É importante dizer que implantação deste sistema de fiscalização, vigilância e gestão dos recursos públicos por parte dos cidadãos é lento, mas promissor por apresentar resultados concretos. Como por exemplo, a Veeduría instituída para investigar denúncia de contratos de trabalhos irregulares e inconstitucionais de duas empresas Mineradoras na província de Zamora em 2012. Neste ano, 2013, apresenta-se o informe final com o devido

embasamento jurídico, as conclusões do processo de investigação e as recomendações, não só para as empresas como para o próprio Estado. A repercussão é nacional e acatada pelas instancias envolvidas.

Por muito tempo a população esteve inerte ao que acontecia no âmbito da política e suas decisões sobre as políticas públicas e gestão dos recursos públicos que afetam diretamente a sua vida cotidiana. O Conselho de Participação Cidadã e Controle Social, não só abre espaços de discussão e participação como também, e quem sabe mais importante, cria instrumentos de informação, capacitação e formação de senso crítico político para poder participar ativamente através dos mecanismos do CPCCS.

O papel dos instrumentos de democracia participativa é o de aumentar a capacidade de influência da sociedade civil sobre o papel regulador do Estado. O empoderamento do cidadão através de espaços informativos e de promoção da participação da sociedade civil e envolvimento das organizações da sociedade civil e movimentos sociais fortalece o poder cidadão e equilibra as relações de poder. A Revolução Cidadã promovida pelo governo de Rafael Correa não consegue ter sucesso se o cidadão não participar das decisões que precisam ser tomadas nos diversos âmbitos da sociedade. Somente o controle social exercida pelo cidadão voluntariamente é possível executar as políticas públicas de modo eficiente e eficaz.

### **Referências:**

BAQUERO, Marcello. A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

BARBOSA, Letícia Cristina Bizarro; MORICZ, Mariana; GONZALEZ, Milena Pinheiros. **Los procesos de las Asambleas Constituyentes desde la perspectiva de la economía social**. Otra Economía, Buenos Aires, v. III, p. 147-195, 2009.

BASABE-SERRANO, Santiago. **Ecuador: reforma constitucional, nuevos actores políticos y viejas prácticas partidistas**. Rev. cienc. polít. (Santiago) [online]. 2009, vol.29, n.2, pp. 381-406. ISSN 0718-090X.

BOSCHI, Renato e GAITAN, Flavio. **Intervencionismo estatal e políticas de desenvolvimento na América Latina**. Cad. CRH [online]. 2008, vol.21, n.53, pp. 303-319. ISSN 0103-4979.

CONSTITUIÇÃO do Equador. Equador: Asamblea Constituyente, 2008.

Consejo de Participación Ciudadana y Control Social. Disponível em: <http://www.participacionycontrolsocial.gob.ec/>. Acessado em: julho de 2013.

CORREA, Rafael, **La política económica del gobierno de Lucio Gutiérrez. Una perspectiva desde la economía política.** Quito: Íconos. Revista de Ciencias Sociales, Número 16, março de 2003, p. 6-10.

FIGUEIREDO, Fernanda Pernasetti de Farias. **Participação Cidadã e Controle Social do Estado – estratégias de aprofundamento democrático no Equador.** Anais do Evento II Seminário Nacional Sociologia e Política. Curitiba: UFPR, 2010.

LEY ORGÁNICA DEL CONSEJO DE PARTICIPACIÓN CIUDADANA Y CONTROL SOCIAL (2009) Año II, Quito, Nro. 22.

PAZ y MIÑO, Juan. **El ciclo del proceso constituyente en Ecuador.** In ACOSTA, Alberto. Entre el quiebre y la realidad. Constitución 2008. Quito: Abya Yala, 2008b.

PEÑA y LILLO, Julio. **Estado y movimientos sociales: historia de una dialéctica impostergable.** Quito: Íconos. Revista de Ciencias Sociales, Número 44, setembro de 2012, p.67-83.

PRESIDENCIA DO ECUADOR. Disponível em: <http://www.presidencia.gob.ec/>. Acessado em: 17/10/2012.

REPÚBLICA DEL ECUADOR. **Plan Nacional para el Buen Vivir 2009-2013: Construyendo un Estado Plurinacional e Intercultural.** Quito: SENPLADES, 2009. ISBN: 978-9978-92-794-6

RAMÍREZ, Franklin. **Participación, desconfianza política y transformación estatal.** In FLACSO. Informe cero, Ecuador 1950-2010. Quito: Estado del país, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa, org. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice. São Paulo: Cortez, 1999.

SOLÍS, Doris. **Sociedad del Buen Vivir.** In: SENPLADES. Los Nuevos Retos de América Latina: Socialismo y Sumak Kawsay . Quito: SENPLADES, 2010.

URBINATI, Nádia (2006), **O que Torna a Representação Democrática?** Lua Nova, nº 67, PP.191-228.